

Formalização na RMS: é ou não o fim da precarização?

Laumar Neves de Souza¹

Resumo

O presente trabalho tem como finalidade discutir e problematizar o fenômeno de ampliação do grau de formalização do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), procurando avertar quais são suas motivações. Em verdade, busca-se, com a sua elaboração, tentar responder a seguinte pergunta: será que tal fenômeno não significa simplesmente a reprodução daquilo que vem sendo observado no plano nacional (deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho), apenas maquiado por uma nova roupagem que, muito embora possa confundir, revela no fundamental essa mesma tendência?

Introdução

Não é de hoje que os estudiosos das relações de trabalho no Brasil chamam atenção para o elevado grau de heterogeneidade do mercado de trabalho nacional. Há um certo consenso de que o desenvolvimento econômico observado na economia brasileira, alicerçado, sobretudo, no processo de industrialização, detonado nas últimas décadas, não trouxe a homogeneização das condições socioeconômicas, especialmente daquelas que se estabelecem no mercado de trabalho. Prova inconteste desse fenômeno pode ser encontrada através da investigação da estrutura ocupacional, a partir da perspectiva das formas de trabalho, bem como do padrão de remuneração. Caminhando nessa direção, facilmente se percebe a escassez dos postos de trabalho que oferecem

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela FFCH/UFBA e Bolsista Fapes.

estabilidade, melhores condições de trabalho, fundamentados no sistema de proteção social existente, e que pagam os maiores salários (Dedecca; Baltar, 1997, p. 67).

Não obstante essa seja a regra geral, algo parece estar mudando no cenário nacional, mesmo que de maneira sutil e ainda muito incipiente, pois, ao se iniciar a década atual, órgãos oficiais do Governo Federal, mais precisamente o Ministério do Trabalho, começam a dar conta de um fenômeno completamente inesperado, dado o quadro de debilidade vivido pela economia brasileira nos últimos anos, bem como as pressões existentes no sentido de haver uma maior desregulamentação do mercado de trabalho nacional, qual seja, um aumento do grau de formalização do mercado de trabalho nacional. Onde estão as explicações que justifiquem essa ocorrência? Aparentemente, nenhum fato extraordinário surgiu que se preste a justificá-la, as suas razões parecem ainda estarem mascaradas por alguns outros fenômenos que trabalham silenciosamente e que, portanto, são de difícil percepção.

No caso da Região Metropolitana de Salvador (RMS), esse movimento de ampliação do grau de formalização do mercado de trabalho já vem sendo percebido desde 1997². Contudo, esse panorama não se apresenta de modo generalizado para outras regiões metropolitanas do país, nas quais essa pesquisa é realizada. Essa é, pois, a situação da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), onde se observa, ao contrário, uma diminuição do número de trabalhadores submetidos à chamada relação normal de trabalho, com carteira assinada no período que compreende os anos de 1997 e 2001, pois deixam de representar 41,3% dos ocupados, passando para 40,7% desse contingente.

Esse comportamento da RMS é por demais intrigante, pois, dentre todas as regiões metropolitanas onde há PED, a RMS se distingue das demais em dois

² A rigor, esse fenômeno passa a ser observado desde dezembro de 1996, época em que são retomados os trabalhos da PED na RMS.

aspectos extremamente negativos, quais sejam, possuir a mais alta taxa de desemprego e congregar um considerável leque de trabalhadores claramente inseridos no âmbito da informalidade. Em face disso, pode-se dizer que essa ampliação da formalização do mercado de trabalho dessa região se constitui num fenômeno singular, dada a sua persistência e magnitude.

Levanta-se aqui o questionamento de que esses números produzidos pela PED/RMS possam estar trazendo, nas suas entrelinhas, informações que, ao invés de comemoradas, devem se constituir em motivo de preocupação. A razão dessa suspeita se fundamenta, sobretudo, no fato de que, na literatura especializada em Economia e Sociologia do Trabalho, é ponto comum que a deterioração das condições de funcionamento do mercado de trabalho nacional, expressa, sobretudo, na ampliação do desemprego e na precarização no padrão de uso e remuneração da força de trabalho, começa a assumir proporções preocupantes, e não pára de crescer, já a partir do início dos anos 80.

Breve Panorama dos Anos 80 e 90

Entre outras coisas, esse período marca o esgotamento do modelo de desenvolvimento da economia brasileira, assentado no processo de substituição de importações. Prova disso é que nesse momento se interrompe, de forma incontestável, o ritmo de crescimento da atividade econômica observado até então, instalando-se em seu lugar uma fase de estagnação da renda *per capita*, marcada por reduzidas taxas de investimento³ e pela destruição de parte significativa do parque industrial nacional, especialmente nos subsetores têxtil, autopeças, calçados, máquinas e equipamentos. E, como reflexo imediato dessa difícil realidade, a capacidade de criação de postos de trabalho regulares e regulamentados passou a ser comprimida (Pochmann, 1997, p.173).

³ De acordo com Baltar, Montagner e Rosandiski (1999, p. 19), desde 1980 a taxa de investimento diminuiu de 25% do PIB para não mais de 17%, em média, e as de crescimento do PIB, além de mais instáveis, decresceram de 7% ao ano, em média, para menos de 3% ao ano.

Segundo informa esse mesmo autor (ibid., p. 178), no transcorrer dos anos 80 para os 90 se passa a observar um fenômeno no mínimo instigante no mercado de trabalho brasileiro, qual seja, durante a primeira década havia uma certa sincronia, muito embora não perfeita, entre o nível do emprego regular e o sentido da evolução do PIB *per capita*. Todavia, a realidade da década seguinte é bem outra, não se constatando, mesmo que de forma tímida, nenhuma correlação positiva entre essas duas variáveis. Essa situação de descolamento entre a evolução do nível de emprego formal e o comportamento do PIB parece derivar de duas frentes: uma diz respeito à inexistência de crescimento econômico sustentado; a outra se refere aos efeitos perversos do Plano Real e das iniciativas de liberalização econômica levadas a cabo pelo governo FHC.

No contexto dos anos 90, é pertinente afirmar, assim como o faz Rosandiski (2000, p. 2-3), que a presença de um processo de reorganização produtiva passou a possibilitar crescimento da produção sem elevação do nível de emprego. Essa evolução, à primeira vista contraditória, deve-se fundamentalmente à existência de um processo de reestruturação da base produtiva, o qual já ganhava corpo desde os idos dos anos 80 e se estabelece definitivamente no decorrer da década seguinte, em função da implementação de uma política no plano interno, calcada num esquema de abertura externa indiscriminado e abrupto, resultando na eliminação de parte da capacidade produtiva de segmentos de atividade. No seu entendimento, a redução absoluta do emprego assalariado no segmento formal decorre diretamente desse processo, haja vista que uma de suas facetas mais importantes, que é a terceirização, produz um esquema de subcontratação de trabalhadores e/ou de produção que leva ao estabelecimento de relações produtivas entre os setores formal e o informal. Destarte, o crescimento do produto passa a estar dissociado, ou melhor, passa a não mais implicar em expansão do nível de emprego formal.

Tratando especificamente da questão do emprego formal, é importante, ainda, que se diga que outros países da América Latina também não conseguiram difundi-lo amplamente em seus respectivos mercados de trabalho nacionais. Segundo informam Dedecca e Baltar (op. cit., p. 67-68), as causas desse fenômeno se encontram em três frentes. A primeira se relaciona ao fato de que o processo de modernização levado a cabo nas economias dessa região não resultou na ampliação do grau de assalariamento. A segunda tem a ver com o fato de que o processo de transformação econômica pelo qual passaram os países dessa região não suscitou alterações de grande monta no plano da organização social. A terceira, por sua vez, encontra-se na combinação de fatores de ordem econômica e política, os quais não perpetraram uma organização do Estado e da sociedade capaz de equacionar as grandes chagas que marcam os países de tal região: as questões agrária, regional, urbana e das políticas sociais.

A definição desse quadro conduz à conclusão de que o problema da exclusão econômica e social na América Latina – nos dias que correm ainda mais agravado, em função, sobretudo, da influência da globalização da economia mundial – tem sua origem na não-definição de uma estratégia de homogeneização social que permitisse o surgimento de um mercado de trabalho menos fragmentado. Em virtude desse estado de coisas é que os países dessa região não conseguiram detonar um esquema de amplificação das relações assalariadas, sujeitas à proteção social, a chamada *standard employment relationship*, como foi o caso, por exemplo, dos países de capitalismo avançado (Dedecca; Baltar, op. cit. p. 69).

Como se vê, o assalariamento com carteira de trabalho assinada sempre se constituiu num problema para a economia brasileira, dada a sua limitada difusão. E, nos últimos anos, mais precisamente a partir dos anos 90, isso se agravou mais ainda, em virtude dos freqüentes questionamentos feitos a essa forma de contratação da mão-de-obra, motivados pela intensa pressão no sentido de reduzir os custos das empresas.

Dentro dessa perspectiva, como explicar a expansão do número de trabalhadores com carteira assinada que exercem atividade no setor privado nos últimos anos na RMS, segundo a PED? À medida que essa ocorrência não encontra paralelo no mercado de trabalho nacional, dada a sua magnitude, muitas são as especulações que podem surgir, tentando fornecer explicações convincentes, para um fenômeno tão inusitado. Os analistas mais afoitos poderiam concluir, de pronto, que isso se constitui em algo extremamente positivo para o funcionamento do mercado de trabalho da RMS, tendo em vista que amplia seu grau de regulamentação ou controle por parte do poder público, fato que resguarda e protege os trabalhadores.

Sendo essa a realidade, a maior formalização do mercado de trabalho da RMS, na segunda metade dos anos 90 e princípio dos 2000, traz à baila pelo menos uma questão muito debatida, objeto de controvérsias homéricas, nos planos empresarial, político e acadêmico, qual seja, o custo da mão-de-obra no Brasil e a necessidade, tão pronunciada nesses tempos de reestruturação produtiva e avanço das políticas neoliberais, de flexibilização das relações de trabalho, a qual passa, entre outras coisas, pela utilização de um instrumento jurídico denominado contrato de trabalho por tempo determinado.

É fato reconhecidamente aceito por todos que o processo de reestruturação produtiva pelo qual vem passando os diversos setores da economia brasileira, assim como em outras economias, está sendo marcado pela incorporação de novas tecnologias e métodos organizacionais, os quais estão associados a profundas transformações nas relações de trabalho. Nos dias que correm, as empresas, nas suas buscas permanentes para ganhar competitividade e melhorar a qualidade dos seus produtos, adotam algumas estratégias que, quase sempre, vêm implicando numa transformação dos coletivos de trabalho, visando uma maior flexibilidade das relações de trabalho, a qual tem desencadeado, de um lado, uma crescente individualização de funções e salários e, de outro, num movimento

contínuo que contribui para a formação de uma precariedade tanto no âmbito das empresas quanto do mercado (Dedecca; Menezes, 1995, p. 47).

Deve-se ressaltar que essa flexibilidade passa a ser potencializada com o avanço da implementação das políticas neoliberais, à medida que são criadas maiores facilidades para despedir e utilizar trabalhadores eventuais. Isso representa, do ponto de vista econômico, a tentativa do capital de estabelecer as novas regras nas relações de trabalho. Em outros termos, são gestadas novas formas para combater os custos relacionados ao trabalho, tais como: a redução dos empregos estáveis ou permanentes e uma subcontratação de trabalhadores eventuais, que conformaram, ao longo do tempo, o questionamento da relação padronizada de emprego, característica do padrão de desenvolvimento anterior, qual seja, o fordista.

A Questão da Desregulamentação

Nesse cenário, a nova palavra de ordem que está no centro do debate do capitalismo contemporâneo é flexibilidade. Busca-se, sobretudo, a flexibilidade da produção e do emprego. E, para se alcançar esta última, uma estratégia que vem sendo encampada, a cada dia com mais intensidade, é a busca da desregulamentação do mercado de trabalho.

E já que as coisas acontecem nesses termos, o emprego assalariado, a contratação formal e normatizada da força de trabalho, aquela do contrato de trabalho por tempo indeterminado, torna-se fora de moda, ou, dito de outro modo, passa a ser imprópria, em face das novas formas de produzir impostas pelo sistema capitalista. Nesse panorama, coloca-se em xeque o modelo de proteção social alicerçado no trabalho formal, e ganha espaço as atividades autônomas, sem a necessária regulamentação (Lavinias; Barsted, 1996, p. 547).

Diante desse panorama, é preciso se discutir uma questão, quase sempre alheia ao debate, quando se trata da problemática que envolve o tema flexibilização, de natureza mais subjetiva, que afeta sobremaneira a forma de vida dos trabalhadores. Contrariamente ao paradigma de relações de trabalho que prevalecia até bem pouco tempo atrás, no qual se privilegiava o emprego por tempo integral, com duração indeterminada, que gozava da proteção das leis trabalhistas e dos contratos de trabalho, assegurando, por conseguinte, ao trabalhador um elevado grau de estabilidade e segurança, na atualidade as relações de trabalho passam a ser pautadas em critérios diametralmente opostos, o que lhes acarreta desespero, insegurança e desesperança.

Há de se questionar, pelo menos na economia brasileira, essa avidez no sentido da desregulamentação do seu mercado de trabalho. Nunca é demais lembrar que esse mercado, mesmo nas fases mais positivas em termos de crescimento econômico, nunca chegou a se constituir num espaço homogêneo. Ao invés disso, sua marca mais indelével sempre foi a heterogeneidade, em que parcelas expressivas da população ocupada desempenhavam atividades de reduzida produtividade, com baixos rendimentos, exercidas na esfera da informalidade.

O interessante é que a formulação do discurso por parte dos que defendem, a ferro e fogo, essa desregulamentação conduz à conclusão de que ela é indispensável na resolução dos graves problemas que afligem o mercado de trabalho nacional, a exemplo do desemprego e da própria informalidade. Em nenhum momento, são cogitados os possíveis efeitos adversos que isso pode provocar na relação capital/trabalho, bem como, o que seria mais honesto, não é aventada a possibilidade dessa desregulamentação ser completamente inócua no sentido de corrigir os problemas para os quais pretende ser a solução. Ademais, não se coloca em pauta, talvez inconscientemente ou então de forma proposital, a questão dos diferenciais de poder primário e secundário presentes naquela relação, que limitam, enormemente, as estratégias daqueles que ofertam força de trabalho diante dos que a demandam (Offe; Hinrich, 1989).

No Brasil, como já levemente mencionado, um dos caminhos para se alcançar essa flexibilidade tem sido a adoção do contrato de trabalho por tempo determinado. Muito embora aqui sua utilização seja extremamente recente, em outros países, a exemplo de França e Espanha, ele foi instituído desde o início da década de 80, com o intuito de reduzir o desemprego, objetivo também tentado na economia brasileira. De uma forma geral, nesses dois primeiros países, a utilização desse tipo de contrato não gerou novos postos de trabalho; ele foi usado, essencialmente, como forma de alongar o período de experiência – no qual as empresas podem demitir com custos menores – e também como recurso reservado para contratação de pessoal para funções consideradas perigosas.

A esse respeito, merece ser destacado que, tanto na França quanto na Espanha, observou-se que os trabalhadores temporários apresentavam índices de acidentes de trabalho e até doenças profissionais muito mais elevados que os dos trabalhadores contratados por tempo indeterminado. Isso porque, os investimentos das empresas com o treinamento dos temporários é muito menor. O contratante parte do princípio que não vale a pena investir na qualificação e treinamento dos trabalhadores temporários já que eles serão substituídos pouco tempo depois.

Cabe chamar atenção para o fato de que, antes mesmo da legalização do contrato temporário de trabalho, a economia da RMS já convivia com o aumento da formalização do seu mercado de trabalho, medida pela elevação do número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado. Tal ocorrência se torna ainda mais surpreendente se são considerados os elementos que conformam a dinâmica da economia local, mais precisamente os fatores que condicionam sua demanda e oferta de força de trabalho.

Alguns Traços do Mercado de Trabalho da RMS

Do lado da demanda, é importante registrar que a economia da RMS há muito se mostra incapaz de responder aos sinais emitidos pela oferta, no sentido de garantir baixas taxas de desemprego. Prova disso são encontradas em estudos que demonstram que, mesmo no auge do processo de desenvolvimento das forças produtivas da economia metropolitana, nos anos 70/80 (período no qual ocorreram expressivos investimentos tanto públicos quanto privados), não se conseguiu reduzir os excedentes de força de trabalho. Mesmo nesse período, mantém-se mais ou menos constante a proporção da População Economicamente Ativa (PEA) em atividades de baixa produtividade, associadas ao subemprego ou ao setor informal, bem como índices de desemprego elevados (Borges; Filgueiras, 1995).

Da segunda metade dos anos 90 em diante, as fragilidades do mercado de trabalho da RMS se acentuam ainda mais. Entre os anos de 1997 e 2001, a PEA cresce cerca de 15,8%. Esse resultado foi decorrente do aumento considerável do número de pessoas que não encontram trabalho de 299 mil para 440 mil, movimento que corresponde a uma variação percentual de 47,2%. Em termos de taxa, o desemprego salta, nesse mesmo período, de 21,6%, em 1997, para 27,5%, em 2001. Cabe salientar, no entanto, que a forma de desemprego que mais se manifestou, nesse intervalo de tempo, foi o chamado desemprego aberto⁴, que atingia 172 mil pessoas, em 1997, e passou a fazer parte da vida de 262 mil indivíduos em 2001 (tabela 1).

Analisando mais detalhadamente o fenômeno de ampliação do desemprego, vale mencionar que o desemprego oculto assumiu dimensões significativas. Dentro do contingente da população que se encontra na condição de desempregado oculto, a parcela que mais cresce é a dos indivíduos classificados como desempregados

⁴ Situação das pessoas de 10 anos ou mais que não estão alocadas no mercado de trabalho e apresentaram, efetivamente, procura de emprego ou trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista.

ocultos por trabalho precário⁵, que salta de 83 mil pessoas para 128 mil, variação percentual de 54,2%. Esse movimento é bem menos expressivo que o verificado para a parcela dos desalentados⁶, haja vista que, de 1997 a 2001, o número salta de 44 mil para 50 mil, o que implica uma variação percentual de 13,6% (tabela 1).

Nesse ponto, cabe indagar quais seriam as motivações para uma tão acentuada discrepância na manifestação dessas duas formas de desemprego oculto? Uma argumentação interessante, que, certamente, contempla uma resposta satisfatória para esse fenômeno, é a seguinte: num ambiente fortemente marcado pela queda dos rendimentos, torna-se praticamente impossível, por parte dos desempregados, o não-exercício de algum tipo de pressão no mercado de trabalho.

Em função dos baixos rendimentos, as estratégias de sobrevivência das famílias são reformuladas. Isso porque o padrão de vida das famílias está intimamente relacionado com seus níveis de rendimentos totais e estes tendem a ser maiores à medida que mais membros de um domicílio desempenhem atividades remuneradas no mercado de trabalho. Dentro dessa perspectiva é que, desesperados, muitos trabalhadores, visando obter algum tipo de rendimento, partem para desempenhar as atividades mais precárias possíveis para não agravar, ainda mais, o padrão de vida das suas famílias.

Observar como evoluiu a ocupação também permite constatar a debilidade do mercado de trabalho da RMS. No período 1997 a 2001, a ocupação varia timidamente, pois o número total de ocupados cresce de 1.083 milhão para 1.161 milhão, o que corresponde a uma variação percentual de 7,2%. Em termos

⁵ Diz respeito ao conjunto dos indivíduos de 10 anos ou mais que, simultaneamente à procura por um posto de trabalho, realizam trabalhos remunerados descontínuos e irregulares ou trabalhos não-remunerados na ajuda a negócios de parentes.

⁶ Contingente da pessoas de 10 anos ou mais, sem trabalho e com disposição e disponibilidade para trabalhar. Não procuraram colocação no mercado de trabalho nos últimos 30 dias, devido às dificuldades em conseguir emprego ou por motivos pessoais – doença, problemas familiares ou falta de dinheiro – mas o fizeram nos últimos 12 meses.

absolutos, apenas o setor Comércio apresenta contração da ocupação (0,5%). No setor Indústria, aquele que tradicionalmente oferece os melhores postos de trabalho, a ocupação cresce em termos absolutos. Todavia, convém chamar atenção para o fato de que esse crescimento se deu de forma incipiente, cerca de 3,3%. O setor Serviços é o que apresenta a mais expressiva variação em termos de ocupação (10,4%), fato que reforça a tese da vocação histórica da economia da RMS para criar e desenvolver atividades nesse setor (tabela 1).

Muito embora já tenha ficado claro que o movimento de ampliação do desemprego foi muito superior ao movimento de expansão da ocupação, no período 1997 a 2001, o crescimento do desemprego apresenta uma tendência bem definida, ou seja, ano após ano, sistematicamente, o número de desempregados é sempre maior. Isso já não é verificado quando se observa a evolução da ocupação, pois, em alguns momentos, especialmente nos anos de 1998 e 1999, registra-se recuo no número de pessoas ocupadas (tabela 1).

Pois bem, intuitivamente esperar-se-ia que esse panorama de elevado desemprego devesse potencializar a precarização desse mercado de trabalho, materializada, entre outras coisas, pela diminuição do seu grau de formalização. Entretanto, o que se observa, mais recentemente, é exatamente o oposto, pelo menos no que diz respeito ao seu nível de formalização. Esse resultado, em certo sentido, poderia estar contrariando os pressupostos da lei da demanda e da oferta. Todos sabem que no mercado, quando os demandantes encontram-se em melhor posição que os ofertantes, eles acabam fazendo com que suas prerrogativas prevaleçam.

Tabela 1

Estimativas Médias da População Total, População em Idade Ativa, População Economicamente Ativa e Inativos
Região Metropolitana de Salvador
1997-2001

Em 1.000 pessoas

Estimativas Popacionais	Anos					Variação (2001/2000)		Relativa (%) 2001/1997
	1997	1998	1999	2000	2001	Absoluta	Relativa (%)	
TOTAL								
População em Idade Ativa	2.307	2.378	2.453	2.530	2.607	77	3,0	13,0
População Economicamente Ativa	1.382	1.427	1.477	1.543	1.601	58	3,8	15,8
Desempregados	299	355	409	410	440	30	7,3	47,2
Aberto	172	202	230	231	262	31	13,4	52,3
Oculto	127	153	179	179	178	-1	-0,6	40,2
Pelo Trabalho Precário	83	104	124	128	128	0	0,0	54,2
Pelo Desalento	44	49	55	51	50	-1	-2,0	13,6
Ocupados	1.083	1.072	1.068	1.133	1.161	28	2,5	7,2
Indústria	90	86	87	92	93	1	1,1	3,3
Comércio	194	182	170	186	193	7	3,8	-0,5
Serviços	628	640	648	678	693	15	2,2	10,4
Outros (1)	171	164	163	177	182	5	2,8	6,4
Inativos	925	951	976	987	1.006	19	1,9	8,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Construção Civil, Serviços Domésticos, e outras atividades

Ao se analisar a distribuição dos ocupados segundo a posição na ocupação na RMS (tabela 2), tem-se a real magnitude desse fenômeno de formalização. Enquanto em 1997, os trabalhadores com carteira de trabalho assinada do Setor Privado representavam 29,2% dos ocupados, em 2001 expandem essa participação para 34,7%. Concomitantemente, o número daqueles que não possuíam carteira de trabalho assinada também aumenta, porém de forma menos significativa, passa de 10,8% para 11,9%.

Os autônomos, por sua vez, diminuem sua participação no mercado de 24,6% para 21,6%. Quem também reduz sua participação no mercado são os assalariados do Setor Público, que deixam de representar 16,1% da população ocupada e passam a corresponder a 14,5% desse total. Os trabalhadores domésticos, por seu turno, no decorrer desse período, mantêm sua participação no total dos ocupados na casa de 10,8%⁷.

⁷ Cabe registrar que esse percentual supera o de trabalhadores que exercem atividades no setor industrial. No período 1997 a 2001, a ocupação nesse setor, em termos médios, situou-se em 8,1%.

Ao se comparar, em dois pontos do tempo, 1997 e 2001, a soma dos contingentes de trabalhadores que se submetem às relações de trabalho mais precárias, grosso modo, tomados aqui como os assalariados do setor privado sem carteira assinada, os autônomos e os empregados domésticos, percebe-se uma queda de 46,2% para 44,3%. Esse movimento se deve, sobretudo, à redução da participação dos trabalhadores autônomos de 24,6% para 21,6% no total da ocupação da RMS, conforme já informado anteriormente. Esse resultado conduz, necessariamente, à conclusão de que o padrão de utilização da força de trabalho na RMS logrou melhora nesse período, tendo em vista o aumento da ocupação no Setor Privado do assalariamento com carteira assinada (tabela 2).

Tabela 2

Distribuição dos Ocupados, segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
1997-2001

Em porcentagem

Posição na Ocupação	Anos				
	1997	1998	1999	2000	2001
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados Total (1)	56,1	58,1	58,5	59,8	61,1
Assalariados Setor Privado	40,0	41,9	43,0	45,2	46,6
Subcontratados	4,1	4,6	5,1	4,8	4,9
Demais	35,9	37,3	37,9	40,4	41,7
Com Carteira Assinada	29,2	30,9	31,7	33,1	34,7
Sem Carteira Assinada	10,8	11,0	11,3	12,1	11,9
Assalariados Setor Público	16,1	16,1	15,4	14,6	14,5
Autônomo	24,6	23,5	23,9	22,5	21,6
que Trabalha para Empresa	4,9	4,2	4,9	4,4	3,8
que Trabalha para o Público	19,7	19,3	19,0	18,1	17,8
Empregadores	4,3	4,2	3,9	4,1	4,0
Empregados Domésticos	10,8	10,2	10,4	10,5	10,8
Demais	4,2	4,0	3,3	3,1	2,5

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inclusive os Assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

(2) Assalariados Sem Carteira de Trabalho Assinada (Setor Público ou Privado) e Estatutários.

A Formalização e seus Condicionantes na RMS

Frente a essa contextualização, torna-se razoável fazer as seguintes indagações: será que o mercado de trabalho da RMS estaria a pregar uma peça nas leis mais fundamentais que ditam o modo de funcionamento de uma economia capitalista? Ou será que essa maior formalização do mercado de trabalho da RMS não estaria condicionada à ocorrência de fatores prejudiciais à própria dinâmica de funcionamento da economia da região?

Aí estão boas perguntas a serem respondidas. Uma hipótese de trabalho que pode ajudar a desvendar esse aparente paradoxo deve obrigatoriamente contemplar a questão dos rendimentos. Ou seja, em face de um cenário onde há um excedente estrutural de força de trabalho, fato visível nas elevadas taxas de desemprego, é natural que ocorra uma pressão para que os rendimentos do trabalho caiam. Essa situação se torna ainda mais dramática quando se constata que, nos últimos anos, tem havido uma queda generalizada dos rendimentos do trabalho, e de modo especial dos salários.

As informações divulgadas pela PED/RMS sobre o rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal, para o período em análise, revelam a gravidade desse problema. Os primeiros sofrem uma redução de seus rendimentos da ordem 10,3% (passando de R\$ 632, em 1997, para R\$ 567, em 2001). Já os segundos enfrentam uma queda dos seus salários de 12,4% (passando de R\$ 715 para R\$ 626) (tabela 3).

Tabela 3

Rendimento Real Médio dos Ocupados segundo Posição na Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
1997-2001

Em reais de novembro de 2001

Posição na Ocupação	Anos					Variações		
	1997	1998	1999	2000	2001	2001/00	2001/97	
Total de Ocupados	632	621	577	576	567	595,0	-1,6	-10,3
Assalariados	715	697	645	637	626	-1,7	-12,4	
Setor Privado	583	576	530	522	526	0,8	-9,8	
Subcontratados	417	411	409	409	417	2,0	0,0	
Com Carteira Assinada	674	665	610	596	598	0,3	-11,3	
Sem Carteira Assinada	311	308	292	306	305	-0,3	-1,9	
Setor Público	1035	1009	960	988	951	-3,7	-8,1	
Autônomo	416	389	385	390	401	2,8	-3,6	
Empregadores	1943	1975	1828	1821	1872	2,8	-3,7	
Empregados Domésticos	153	157	156	159	163	2,5	6,5	

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inclusive os Assalariados que não sabem o tipo de empresa em que trabalham.

Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC da SEI.

Tendo em vista a conformação de uma persistente trajetória de achatamento dos rendimentos do trabalho, de uma forma geral, e dos salários, em particular, levanta-se aqui a suspeita de que esse movimento vem favorecendo a contratação de trabalhadores pelas vias legais. Ou, dito de outro modo, diante do pagamento de rendimentos tão reduzidos, aqueles que contratam não se sentem incentivados a burlar a legislação trabalhista, evitando, por conseguinte, na hora de se demitir o trabalhador, possíveis problemas com a Justiça do Trabalho. O contratante opta, portanto, por incorrer com os custos que envolvem a contratação de trabalhadores.

Analisando, especificamente, a situação em termos de rendimento real médio dos assalariados com carteira de trabalho assinada, no período 1997 a 2001, em contraposição àqueles que não a possuem, percebe-se uma queda bem mais pronunciada para os primeiros, algo em torno de 11,3%, do que a que foi medida para esses últimos, a qual ficou no patamar de 1,9%. Esse fato, de certo modo, corrobora com a hipótese aqui defendida, pois, já que os salários dos com carteira caem proporcionalmente mais do que os salários dos que não têm carteira, torna-

se razoável supor que os empregadores se sintam mais incentivados a realizarem contratações pelas vias legais (tabela 3).

Contudo, esse argumento precisa ser relativizado, haja vista a enorme distância que separa os salários reais médios dos indivíduos pertencentes a esses dois grupos. Mesmo levando em conta esse comportamento de queda dos salários, os vencimentos dos que não têm carteira representavam, em 2001, cerca de 48,2% dos vencimentos dos com carteira.

Como não bastasse essa pressão no sentido de reduzir os rendimentos do trabalho. Deve-se considerar que boa parte das ocupações criadas na economia da RMS não ocorreu nos setores mais dinâmicos, nos quais a produtividade do trabalho é mais alta e os salários são melhores, o que pode ser percebido através da análise da tabela 4⁸.

⁸ Anteriormente, quando se tocou na questão da ocupação, as informações fornecidas referiam-se a valores absolutos. Agora, diferentemente, o tratamento da ocupação será realizado levando-se em conta, única e exclusivamente, os movimentos relativos.

Tabela 4
Distribuição dos Ocupados, segundo Setor e Ramo de Atividade
Região Metropolitana de Salvador
1997-2001

Em porcentagem

Setor e Ramo de Atividade	Anos				
	1997	1998	1999	2000	2001
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	8,4	8,1	8,1	8,1	8,0
Metal-Mecânica	1,3	1,3	1,3	1,1	1,2
Petroquímica, Química, Farmacêutica e Plástico	2,4	2,3	2,0	2,1	2,2
Têxtil, Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido	0,9	0,8	0,7	0,9	0,9
Alimentação	1,4	1,4	1,5	1,6	1,4
Gráficas e Editoras	0,6	0,6	0,6	(1)	0,6
Outras indústrias	1,8	1,7	2,0	1,9	1,7
Comércio	17,9	17,1	15,9	16,4	16,6
Serviços	58,0	59,6	60,7	59,9	59,7
Reformas e Reparação de Edificações	2,4	2,4	2,2	1,7	1,8
Oficinas de Reparação Mecânica	2,1	2,1	2,3	2,2	2,1
Outros Serviços de Reparação e Limpeza	5,2	5,1	5,1	5,1	5,0
Transportes e Armazenagem	4,3	4,3	4,4	4,5	4,4
Especializados	3,4	3,6	3,5	3,9	3,9
Utilidade Pública	9,0	9,5	9,7	9,8	9,7
Credícios e Financeiros	1,8	1,8	1,8	1,6	1,6
Alimentação	7,1	7,4	7,4	6,6	6,3
Educação	7,0	7,4	7,7	6,9	7,1
Saúde	4,5	4,4	4,3	4,4	4,8
Auxiliares	4,1	4,2	4,2	5,0	5,0
Outros Serviços	7,1	7,4	8,1	8,2	8,0
Construção Civil	3,0	3,1	3,3	3,9	4,0
Serviços Domésticos	10,8	10,2	10,4	10,5	10,8
Demais	1,9	1,9	1,6	1,2	0,9

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(-) Dados não disponíveis.

Nesse ponto, cabe informar que, durante o período aqui analisado, o setor da atividade econômica da RMS que mais expande a ocupação é o da Construção Civil – historicamente reconhecido pela baixa qualidade das ocupações que congrega – (cerca de 33,3%). Isso se deve ao fato de que em 1997 tal setor abarcava 3% do total dos ocupados, ao passo que em 2001 reunia 4% desse total. Como pode ser constatado, esse setor aumenta sua participação relativa, no total da ocupação, sistematicamente, ou seja, ano após ano.

O setor Serviços, por sua vez, também incrementa sua participação relativa, a qual passa de 58% para 59,7%, movimento que corresponde a uma variação percentual de 2,9%, no comparativo dos anos 1997/2001. No entanto, essa ampliação de participação não ocorre de forma persistente. Pelo que se vê na tabela 4, o setor Serviços eleva sua participação no total da ocupação de 1997 a 1999, depois esse movimento sofre solução de continuidade. Para os demais setores, o que se constata é uma perda de participação relativa, caso, por exemplo, da Indústria, do Comércio, ou então sua manutenção, situação dos Serviços Domésticos.

Ao se detalhar a análise, passando a observar, agora, apenas a distribuição dos ocupados com carteira assinada segundo setor e ramo de atividade (tabela 5), alguns fenômenos interessantes podem ser percebidos. O que chama mais atenção é, indiscutivelmente, a ampliação do emprego com carteira assinada na Construção Civil, justamente o setor que mais expande a ocupação, como já destacado anteriormente. Nele, o percentual de trabalhadores com carteira salta de 4,6%, em 1997, para 6,0%, em 2001, o que significa que houve uma variação percentual de 30,4%.

Tabela 5

Distribuição dos Ocupados com Carteira Assinada, segundo Setor e Ramo de Atividade
Região Metropolitana de Salvador
1997-2001

Setor e Ramo de Atividade	Em porcentagem				
	Anos				
	1997	1998	1999	2000	2001
Ocupados com carteira assinada	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Indústria	13,9	13,5	13,1	13,0	12,9
Metal-Mecânica	2,0	1,9	2,1	1,6	2,0
Petroquímica, Química, Farmacêutica e Plásticos	5,8	5,5	4,8	4,8	4,8
Têxtil, Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido	1,3	1,2	1,2	1,4	1,5
Alimentação	2,3	2,2	2,4	2,3	2,1
Gráficas e Editoras	0,9	0,8	0,9	0,7	0,7
Outras Indústrias	1,6	1,8	1,7	2,2	1,8
Comércio	16,1	16,8	16,0	16,1	16,0
Serviços	57,6	57,2	57,7	56,7	56,7
Reformas e Reparação de Edificações	*	*	*	*	*
Oficinas de Reparação Mecânica	1,5	1,7	1,6	1,8	1,9
Outros Serviços de Reparação e Limpeza	4,3	4,5	5,0	5,1	5,4
Transportes e Armazenagem	5,9	5,9	5,7	5,5	5,6
Especializados	2,9	3,0	3,3	3,4	3,4
Utilidade Pública	9,0	7,8	7,7	7,2	6,6
Creditícios e Financeiros	4,0	3,4	3,7	3,2	3,1
Alimentação	3,0	3,4	3,4	3,5	3,0
Educação	6,9	6,7	6,3	5,4	5,8
Saúde	6,5	5,8	5,7	5,9	6,2
Auxiliares	6,1	6,7	6,7	7,6	7,6
Outros Serviços	7,1	7,9	8,5	8,0	8,1
Construção Civil	4,6	5,0	5,3	6,1	6,0
Serviços Domésticos	7,7	7,3	7,7	7,9	8,3
Demais	0,2	0,2	0,2	0,1	0,1

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(*) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Movimento semelhante, porém com uma intensidade significativamente menor do que o registrado para a Construção Civil, foi observado no setor Serviços Domésticos. No primeiro ano da série, ou seja, em 1997, 7,7% dos trabalhadores com carteira assinada desenvolviam atividades nesse último setor, ao passo que em 2001 esse percentual passa a ser de 8,3% (variação percentual de 8,1%). Nos demais setores, o que se percebe é uma perda de participação relativa de tais trabalhadores, sendo, contudo, mais importante a que foi registrada no setor Indústria. Dentro deste, somente o ramo que engloba as indústrias Têxtil, de Vestuário, de Calçados e Artefatos de Tecido eleva a proporção de trabalhadores contratados pelas vias legais, através do registro em carteira (tabela 5).

Voltando à questão dos rendimentos, verifica-se uma queda quase que generalizada em todos os setores e ramos de atividade na RMS (tabela 6). Do ponto de vista dos setores, aquele que apresenta a maior perda de renda, para os

ocupados no período 1997 a 2001, é a Construção Civil (19,4%), seguido de perto pela Indústria – na qual a retração se situou em 17,4%. Neste, o ramo de atividade que mais sofre os impactos desse processo é o de Alimentação (26,4%). Uma diminuição igualmente importante ocorre no setor Comércio (14,2%). Já no setor de Serviços, constata-se uma baixa da ordem de 8,5%, sendo que nele o ramo mais duramente penalizado é o relacionado às Oficinas de Reparação Mecânica. Para os Serviços Domésticos e os Demais Serviços, observa-se uma elevação de rendimentos que se situam no patamar de 6,5% e 2,8%, respectivamente.

Tabela 6
Rendimento Real Médio dos Ocupados segundo Setor e Ramo de Atividade Econômica
Região Metropolitana de Salvador
1997-2001

Em reais de novembro de 2001

Setor e Ramo de Atividade	Anos					Variações	
	1997	1998	1999	2000	2001	2001/00	2001/97
Ocupados	632	621	577	576	567	-1,6	-10,3
Indústria	966	955	789	818	798	-2,4	-17,4
Metal-Mecânica	967	795	858	689	860	24,8	-11,1
Petroquímica, Química, Fertilizantes	1679	1757	1445	1632	1416	-13,2	-15,7
Têxtil, Vestuário, Calçados	494	600	487	492	435	-11,6	-11,9
Alimentação	677	556	513	426	498	16,9	-26,4
Gráficas e Editoras	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	-	-
Outras indústrias	512	549	426	518	505	-2,5	-1,4
Comércio	549	518	448	471	471	0,0	-14,2
Serviços	706	694	663	656	646	-1,5	-8,5
Reformas e Reparação de Imóveis	328	319	365	347	348	0,3	6,1
Oficinas de Reparação Mecânica	589	514	482	478	433	-9,4	-26,5
Outros Serviços de Reparação	320	300	296	314	354	12,7	10,6
Transportes e Armazenagem	799	715	664	677	655	-3,2	-18,0
Especializados	1052	1166	1107	1006	999	-0,7	-5,0
Utilidade Pública	1052	1013	958	934	919	-1,6	-12,6
Creditícios e Financeiros	1529	1379	1334	1296	1327	2,4	-13,2
Alimentação	394	349	325	318	318	0,0	-19,3
Educação	587	628	633	637	609	-4,4	3,7
Saúde	993	988	886	917	854	-6,9	-14,0
Auxiliares	668	692	683	670	665	-0,7	-0,4
Outros Serviços	520	521	510	470	462	-1,7	-11,2
Construção Civil	733	720	627	565	591	4,6	-19,4
Serviços Domésticos	153	157	156	159	163	2,5	6,5
Demais	325	346	363	335	334	-0,3	2,8

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(-) Dados não disponíveis.

Nota: Exclui-se os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC da SEI.

Para qualificar ainda mais essa questão dos rendimentos, tomou-se o rendimento real médio dos ocupados, segundo grupos de ocupação. Ao se fazer isso, constatou-se que os trabalhadores que exercem as tarefas de apoio são os mais penalizados quando se avalia o movimento de contração dos rendimentos, visto

que eles têm os seus rendimentos reduzidos em cerca de 8,8%, entre 1997 e 2001 (tabela 7). Essa situação é muito semelhante à dos trabalhadores ligados às tarefas de execução, cujo rendimento sofre uma perda de 8,3%. Quem realiza as tarefas de direção, gerência e planejamento e as mal definidas perdem menos, algo em torno de 5,2% e 4,9%, respectivamente.

Tabela 7
Rendimento Real Médio dos Ocupados segundo Grupos de Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
1997-2001

Em reais de novembro de 2001

Grupos de Ocupação	Anos					Variações	
	1997	1998	1999	2000	2001	2001/00	2001/97
Total de Ocupados	632	621	577	576	567	-1,6	-10,3
Direção, Gerência e Planejamento	1907	1909	1749	1821	1807	-0,8	-5,2
Execução	480	460	444	443	440	-0,7	-8,3
Apoio	509	492	486	474	464	-2,1	-8,8
Mal Definidas	263	258	252	257	276	7,4	4,9

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Nota: Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC da SEI.

Uma outra maneira de se avaliar a qualidade das ocupações criadas na RMS nos últimos anos é debruçando-se sobre a distribuição dos ocupados segundo grupos de ocupação (tabela 8). Confrontando os percentuais referentes aos anos limites da série, 1997 e 2001, constata-se que a única categoria que amplia sua participação no total da ocupação é aquela que desenvolve tarefas de apoio, passando de 20,5% para 21,7%. As melhores ocupações, aquelas relacionadas às tarefas de direção, gerência e planejamento, perdem participação naquele total; sua representatividade, que era de 12,8% em 1997, reduz-se para 11,7% em 2001. Tanto os ocupados que exercem atividades de execução quanto os que exercem atividades mal definidas mantêm praticamente estável sua participação no total da ocupação.

Tabela 8
Distribuição dos Ocupados, segundo Grupos de Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
1997-2001

Em porcentagem

Distribuição dos Ocupados	Anos				
	1997	1998	1999	2000	2001
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Tarefas de Direção, Gerência e Planejamento	12,8	13,1	12,2	11,8	11,7
Tarefas de Execução	54,9	52,7	53,7	55,3	55,0
Tarefas de Apoio	20,5	21,5	21,2	20,5	21,7
Mal Definidas	11,8	12,7	12,9	12,4	11,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Ao se averiguar especificamente a distribuição dos ocupados com carteira segundo grupos de ocupação (tabela 9), constata-se uma ampliação tanto para os trabalhadores que exercem atividades de execução quanto para aqueles que se ocupam com as atividades mal definidas. Entre os anos de 1997 e 2001, o percentual de trabalhadores pertencentes ao primeiro grupo passa de 53,4% para 56,6% (variação percentual de 6%), já o percentual dos pertencentes ao segundo salta de 2,3% para 3% (variação percentual de 30,4%). Tal movimento contrasta com o que foi observado para os trabalhadores envolvidos com as atividades de direção, gerência e planejamento, bem como para aqueles envolvidos com as atividades de apoio, que perdem participação.

Tabela 9
Distribuição dos Ocupados com Carteira Assinada, segundo Grupos de Ocupação
Região Metropolitana de Salvador
1997-2001

Em porcentagem

Grupos de Ocupação	Anos				
	1997	1998	1999	2000	2001
Total de Ocupados com Carteira Assinada					
Direção, Gerência e Planejamento	10,8	11,3	10,0	9,5	10,0
Execução	53,4	53,7	55,2	57,6	56,6
Apoio	33,4	32,8	32,4	29,6	30,4
Mal Definidas	2,3	2,1	2,3	3,2	3,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Considerações Finais

O que chama mais atenção na ocorrência desse processo de formalização do mercado de trabalho da RMS é que ele se inscreve em um cenário, em que se manifesta uma forte pressão no sentido da flexibilização das relações de trabalho, o que tem levado as unidades produtivas a adotarem outras estratégias de contratação de mão-de-obra que não a contratação formal de trabalhadores.

É bom que se diga que não se quis aqui proceder a uma interpretação pessimista para um fenômeno tão importante como o aumento do grau de formalização do mercado de trabalho da RMS. É evidente que ele traz consigo elementos positivos, sobretudo, porque garante aos trabalhadores o acesso a determinados benefícios previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. Deve-se salientar que certamente as condições de operação desse mercado de trabalho seriam ainda piores não fosse o crescimento da ocupação com carteira de trabalho assinada.

O que na verdade se procurou combater foi a leitura acrítica desse fenômeno, evitando assim uma postura despropositada de festejamento. A razão que fundamenta esse posicionamento se origina no fato do mesmo trazer à baila, como pano de fundo, alguns elementos extremamente prejudiciais à própria lógica de funcionamento da economia dessa região como, por exemplo, a queda dos rendimentos dos trabalhadores.

Em função das circunstâncias que cercam a ampliação do grau de formalização do mercado de trabalho da RMS torna-se impossível não se render à tese de Bourdieu de que “a precariedade está hoje por toda parte”. Por mais que as aparências, em alguns momentos, tentem desmenti-la – como é o caso quando nos deparamos com esse aumento da formalização na RMS –, um olhar mais cuidadoso e acurado sobre esse fenômeno logo a confirma.

Referências Bibliográficas

BALTAR, Paulo Eduardo; MONTAGNER, Paula; ROSANDISKI, Eliane. Subemprego e mercado de trabalho nos anos 90: abordagens a partir da PNAD. *Força de Trabalho e Emprego*, Salvador: SETRAS, v. 16, n. 1, p. 16-35, maio 1999.

BOURDIEU, P. A precariedade está hoje por toda parte. In: _____. *Contrafogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 119-127.

DEDECCA, Cláudio, BALTAR, Paulo. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

_____. MENEZES, Wilson. A contratualidade das relações de trabalho e o problema do emprego na Europa Ocidental: as experiências sueca, italiana e francesa. *Revista de Economia Política*, v. 15, n. 3 (59), p. 47-65, jul./set. 1995.

DIEESE (São Paulo). *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001.

FILGUEIRAS, Luiz, BORGES, Ângela. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: SEI, v. 5, n. 3, p. 30-36, dez. 1995.

LAVINAS, Lena; BARSTED, Leila. Mudanças na sociedade salarial, regulamentação e emprego feminino. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10º, 1996, *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1996/T96V1A27.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2002.

OFFE, Claus; HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. In: _____. *Trabalho & Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho: a crise*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. 1.

POCHMANN, Márcio. Padrão de emprego e custo da mão-de-obra no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 5º. Anais... Rio de Janeiro, 1997. p. 173-194.

ROSANDISKI, Eliane N. Panorama das mudanças no mercado de trabalho brasileiro nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12º, 2000, *Anais eletrônicos...* Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2002.